

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Director*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Director*FERNANDO PEDREIRA — *Redactor Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assente***Fim de Feira***Editorial*

Não é que a indignação começa a sacudir os brasileiros: o espetáculo é velho, os atores são de segunda classe e a repetição só tem piorado. No baixo nível em que se passam as propostas, isto não pode ser considerado representação política. A opinião pública está a ponto de explicar seu descontentamento em protesto: depois de ter visto perder-se um ano inteiro de trabalho constituinte pelo contrabando ideológico, é demais a obrigação de assistir ao baixo nível fisiológico que ameaça a fase final para aprovar a nova Constituição.

Não adianta agora reconhecer que a falta de anteprojecto perturbou a tarefa de votar a Constituição. Perdeu-se um ano e, o que é pior, não há sinais de uma consciência responsável, capaz de resgatar esse compromisso com a nação antes que as dificuldades económicas e sociais montem uma crise política. O caminho que afasta da crise será o que for capaz de chegar, em três meses, a resultados claros, transparentes e definitivos.

Como, no entanto, confiar num processo que desce da utopia para atolar no mercantilismo político, onde falta até pudor para esconder os interesses? O líder do PFL na Câmara é capaz de desenvolver publicamente o cálculo segundo o qual o *Centrão* pode garantir antecipadamente o mandato de 5 anos e até mesmo a inversão das prioridades da votação, desde que o governo proceda a uma farta distribuição de cargos e favores entre os proprietários de votos negociáveis.

Se fosse hoje, ressalva o deputado José Lourenço, não poderia responder pela aprovação, mas depois que o governo proceder aos ajustes serão favas contadas os cinco anos. O PFL opera às claras: nada de ministérios, que implicam negociações demoradas. Prefere servir-se no segundo e no terceiro escalões. O mesmo raciocínio utilitário vale para a inversão da pauta. Depois que o governo molhar a mão dos signatários da emenda do mandato de 5 anos, os votos choverão.

Outra figura de destaque do *Centrão*, o deputado Roberto Cardoso Alves, fala também com toda a franqueza. Não é, portanto, por falta mas por excesso de franqueza que a opinião pública vai engolindo em seco a sua discordância com a perda de pudor. Afinal, está-se fazendo uma constituição para um país que pretende resolver seus conflitos e governar-se pelos padrões democráticos. Se a votação dessa matéria nobre passa a ser tratada como mercadoria perecível em fim de feira, então a futura Constituição nascerá condenada a morrer na infância. Robertão, na liderança fisiológica do *Centrão*, penitencia-se com a indébita citação de

São Francisco, como se pudesse haver termo de comparação entre o desinteresse do santo e a fisiologia política.

A conversão das 317 assinaturas em votos a favor dos 5 anos será feita ao câmbio da véspera da votação. A tendência é subir no final, numa escala inversamente proporcional à baixa da moralidade pública. A base parlamentar é tão fluida quanto a base moral. Por aí não vão longe as esperanças, e as preocupações entrarão na vida nacional. Como é que, depois de mudar o regimento da Constituinte, numa operação política que durou 40 dias, quer-se mudar tudo outra vez para atender a conveniências do personalismo fisiológico?

Se a Constituinte não encontrar em si reservas de dignidade, para resistir à avassaladora invasão fisiológica, o fim chegará mais depressa. O *Centrão* não é apenas a voracidade fisiológica que se apresenta como uma fila de famintos de poder. A opinião pública ouviria com alívio a voz de outros dirigentes desse grupo que se apresentou para atender à necessidade de ocupar o centro do espaço político vazio — em nome da democracia — para desautorizar esse mercantilismo. A nação espera que esses porta-vozes da barganha sejam denunciados pelos que têm as mãos limpas para negociar o interesse público como uma questão de consciência.

O presidente da República parece desatento ao aspecto lastimável que vai tomando a utilização política da transição — e da ideia de uma nova República — pelas mãos dos que reduzem a vida pública a atos desprezíveis e degradantes da própria atividade política. Todos esses abusos envolvem o governo como um centro de comando, porque os seus autores querem se valer do prestígio oficial até a última gota.

Vai acabar acontecendo, no plano da moralidade pública, o que já se passa com a inflação: o presidente da República está sendo responsabilizado pelo que deixou de fazer e, por extensão, por tudo que o antecedeu na formação da crise. Vai acabar pagando sozinho a despesa que o PMDB também fez, ao lado do PFL, antes de se retirar para a desincompatibilização moral a que qualquer luta eleitoral obriga. O presidente também deve à nação uma palavra que desautorize esses falsos amigos e representantes interesseiros de falarem ambigualmente. À sombra da defesa do mandato de cinco anos é que não pode ser. E muito menos não pode o governo honrar esse tipo de compromisso escuso, que é comprar votos para pagar com o que não lhe pertence.